

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 97, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 5º e 112 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta dos Processos de Defesa Comercial SEI nºs 19972.002337/2024-78 restrito e 19972.002336/2024-23 confidencial do Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, referentes à revisão da medida antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 13, de 17 de fevereiro de 2020, publicada em 19 de fevereiro de 2020, aplicada às importações brasileiras de pneus novos de borracha para bicicleta, comumente classificadas no subitem 4011.50.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, da Índia e do Vietnã, decide:

1. Prorrogar para doze meses, contado da data de seu início, o prazo para conclusão da revisão mencionada no caput, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 13, de 18 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de fevereiro de 2025, nos termos dos arts. 5º e 112 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 13, de 2020, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

TATIANA PRAZERES

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o Plano de Ação do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos - PlanoDDH, com vigência até 2035, e cria o Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial do PlanoDDH.

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA E O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições conferidas no art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 12 do Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Ação do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos - PlanoDDH, na forma do Anexo desta Portaria, com vigência até 2035.

Parágrafo único. O Plano de Ação está dividido em eixos, objetivos estratégicos, ações programáticas, órgãos executores e prazos de implementação.

Art. 2º São eixos estruturantes do Plano de Ação do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos:

I - proteção estatal: criação, aprimoramento e fortalecimento de mecanismos institucionais destinados a garantir a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no exercício de suas atividades;

II - proteção popular: reconhecimento e valorização das práticas coletivas de proteção, mediante o fortalecimento das organizações, comunidades e redes independentes e autônomas da sociedade civil, incluindo associações, grupos, coletivos e movimentos sociais que atuam na proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos; e

III - acesso a direitos e combate à impunidade: promoção da investigação e responsabilização como instrumentos para enfrentar a impunidade e assegurar o acesso a direitos.

Art. 3º Fica instituído o Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial, órgão de assessoramento e articulação, com a finalidade de acompanhar a execução do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Art. 4º Compete ao Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial:

- I - monitorar e avaliar a implementação das ações do Plano Nacional;
- II - formular propostas de alteração ou aperfeiçoamento do Plano Nacional;
- III - sugerir medidas complementares necessárias à efetiva implementação do Plano Nacional;
- IV - elaborar seu Regimento Interno; e
- V - apresentar relatório anual sobre a implementação do Plano Nacional.

Parágrafo único. O relatório anual de que trata o inciso V será apresentado às Ministras de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Mulheres, e aos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Secretário de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 5º O Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial será composto, de forma paritária, por oito representantes de organizações da sociedade civil e oito representantes dos seguintes órgãos:

- I - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que o coordenará;
- II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- III - Ministério dos Povos Indígenas;
- IV - Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar;
- V - Ministério da Igualdade Racial;
- VI - Ministério das Mulheres;
- VII - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e
- VIII - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º Cada membro do Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato da Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

§ 3º Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão escolhidos por meio de edital de chamamento público, observados os princípios da publicidade, da paridade de gênero e da representatividade, assegurada a participação de organizações da sociedade civil representantes de comunidades quilombolas, indígenas, ambientalistas e comunicadores.

§ 4º O edital de chamamento público a que se refere o § 3º será editado pela Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Portaria.

§ 5º Os representantes da sociedade civil selecionados na forma do § 3º serão designados por ato da Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação do resultado do edital de chamamento público.

§ 6º Os representantes da sociedade civil escolhidos nos termos do § 3º terão mandato de dois anos, admitida a recondução nos termos do Regimento Interno.

Art. 6º A Coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Nacional de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, exercerá a Secretaria-Executiva do Comitê.

Art. 7º O Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação da coordenação.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o coordenador terá o voto de qualidade.

Art. 8º Os membros do Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial que se encontrarem no Distrito Federal participarão das reuniões presencialmente ou por videoconferência, enquanto os membros situados em outros entes federativos participarão exclusivamente por videoconferência.

Art. 9º O Coordenador do Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 10. A participação no Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação Interministerial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública poderão expedir atos complementares para a coordenação e a gestão do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS
Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

RICARDO LEWANDOWSKI
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXO

AÇÕES PROGRAMÁTICAS DO PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO A DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

EIXO I: PROTEÇÃO ESTATAL

Criação e fortalecimento de mecanismos institucionais para garantir a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos em sua atuação.

Objetivo Estratégico 1

Fortalecimento do dever estatal da proteção integral a defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações Programáticas

A. Elaborar proposta de Sistema Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos - SNPDDH que integre os entes federativos, os sistemas de justiça e de segurança pública e as redes de proteção, com a definição das responsabilidades e dos tipos de dinâmica e de relacionamento para garantir a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

B. Implementar, em coordenação com os Estados e o Distrito Federal, o programa de proteção para defensoras e defensores de direitos humanos, de acordo com os instrumentos e as recomendações nacionais e internacionais sobre defensoras e defensores de direitos humanos, em especial o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos - PIDCP, o Comentário Geral nº 36 do Comitê de Direitos Humanos, a Declaração sobre Defensoras e Defensores, bem como as Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos quanto à segurança de jornalistas e à questão da impunidade, além de todos da Organização das Nações Unidas - ONU.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2035.

C. Formalizar instrumentos de cooperação técnica com Estados e Distrito Federal, estabelecendo mecanismos para promover ações coordenadas, eficientes e o intercâmbio de informações sobre as melhores práticas com vistas à proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2035.

D. Desenvolver, atualizar e implementar metodologia com procedimentos padrão para a realização de análise de contexto e de risco para defensoras e defensores de direitos humanos, em articulação com associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil, com a academia, sistema judicial e a imprensa, com acompanhamento contínuo e sistemático, com abrangência coletiva e territorial.

Órgão executor: Ministério dos Diretos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2025.

E. Desenvolver e implementar metodologias com procedimentos padrão para a adoção de planos de proteção individuais, coletivos e territoriais, com acompanhamento contínuo e sistemático, garantindo a participação das pessoas ou comunidades afetadas.

Órgão executor: Ministério dos Diretos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2025.

F. Elaborar documento para estabelecer estratégias de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos com as especificidades de raça, etnia, geração, gênero e orientação sexual.

Órgão executor: Ministério dos Diretos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

Objetivo Estratégico 2

Ampliação da capacidade de resposta e de monitoramento das medidas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em risco.

Ações Programáticas

A. Instalar o núcleo especializado para fornecer suporte técnico e de análise de contexto e de risco aos programas de proteção federal e estaduais.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Prazo: 2026.

B. Instituir estrutura de suporte específica para atendimento de violências cometidas contra defensoras e defensores de direitos humanos, em caráter urgente, no Disque 100.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

C. Ampliar a descentralização das equipes técnicas, com a possibilidade de atendimentos e acompanhamento presenciais para defensoras e defensores de direitos humanos nos diversos territórios.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2035.

D. Instituir um sistema informatizado com informações sobre os tipos de ataques, atos de violência, criminalização, desqualificação e intimidação, violência política e outras formas de violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos e o encaminhamento dado às situações, com a garantia à confidencialidade de dados que possam colocar em risco a segurança das pessoas, dos profissionais no exercício das atividades ou das comunidades afetadas.



Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
E. Publicar relatórios anuais sobre o impacto das políticas e das ações adotadas no âmbito do plano, a partir dos dados constantes do sistema informatizado previsto na ação anterior e da avaliação das defensoras e defensores de direitos humanos e da sociedade civil, de modo a garantir a transparência, a eficiência no uso dos recursos e a confiabilidade dos dados produzidos.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Periodicidade: anual.
Objetivo Estratégico 3
Garantia da sustentabilidade financeira, operacional e administrativa da Política Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.
Ações Programáticas
A. Implementar diretrizes pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas associações, pelas organizações, pelos coletivos e pelos movimentos da sociedade civil e cooperação internacional, para promover ação coordenada e de intercâmbio de informações sobre as melhores práticas com vistas à proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos, alicerçada em parâmetros estabelecidos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
B. Destinar recursos para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Periodicidade: anual.
C. Adotar medidas e procedimentos administrativos adequados às necessidades específicas para a continuidade e a não interrupção dos programas de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Periodicidade: anual.
Objetivo Estratégico 4
Fortalecimento de defensoras e defensores de direitos humanos, proteção dos povos do campo, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, bem como dos comunicadores no exercício da atuação em defesa desses grupos.
Ações Programáticas
A. Implementar unidades fixas ou móveis de segurança e proteção de direitos humanos em áreas sensíveis de alta concentração de conflitos, a partir de consulta às comunidades, incluídos os que ocorrem em territórios dos povos indígenas, dos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, dos povos do campo e outros grupos que demandem a presença e a proteção contínua do Estado.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2035.
B. Estabelecer estratégia de articulação de ações de proteção territorial e coletiva, inclusive por meio de infraestrutura de comunicação comunitária e de priorização no atendimento e no processamento das violações de direitos relacionadas a defensoras e defensores de direitos humanos do campo, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, em contextos de conflitos fundiários, reforma agrária, regularização, titulação e demarcação de territórios.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
C. Qualificar a metodologia de acolhimento emergencial a defensoras e defensores de direitos humanos vítimas de violência, com abordagem adequada às necessidades próprias das mulheres, dos povos do campo, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais e dos comunicadores na atuação em prol desses grupos historicamente vulnerabilizados.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2026.
D. Garantir ações de assistência jurídica e psicossocial, em cooperação com os Estados e o Distrito Federal, com abordagem adequada às necessidades próprias das mulheres, dos povos do campo, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais e dos comunicadores atuantes na defesa dessas comunidades.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2026.
E. Desenvolver mecanismos de acompanhamento permanente dos conflitos para a adoção de medidas protetivas adequadas com a necessária prontidão na resposta.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2026.
Objetivo Estratégico 5
Criação de mecanismos de proteção específicos para defensoras e defensores de direitos humanos em contextos urbanos.
Ações Programáticas
A. Elaborar e implementar estratégias específicas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em contextos urbanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial.
Prazo: 2026.
B. Desenvolver estratégias próprias de comunicação e sensibilização para os territórios em contextos urbanos sobre a defesa de direitos, o papel de defensoras e defensores de direitos humanos e a pluralidade de suas atuações, inclusive enquanto comunicadores, e a existência de políticas de proteção.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Ministério das Mulheres.
Prazo: 2026.
C. Estabelecer metodologias específicas de captação e análise de dados sobre o contexto de violação de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos em contexto urbano, compreendendo suas especificidades e o contexto de subnotificação.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Ministério das Mulheres.
Prazo: 2026.
D. Desenvolver estudos sobre os impactos da ação do crime organizado, das milícias e das forças de segurança pública no exercício do direito de defender direitos por defensoras e defensores de direitos humanos em contexto urbano.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
E. Desenvolver estudos sobre a complexidade dos contextos e conflitos urbanos e seu papel como fator de agravamento das violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos, considerando as situações territoriais e regionais.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
F. Estabelecer estratégia de articulação de ações de proteção territorial e coletiva e de priorização no atendimento e no processamento das violações de direitos relacionadas a defensoras e defensores de direitos humanos em contextos de conflitos fundiários e de regularização fundiária urbanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Mulheres.
Prazo: 2026.
Objetivo Estratégico 6
Implementação de medidas de proteção específicas para defensoras e defensores de direitos humanos em áreas de conflito.
Ações Programáticas
A. Desenvolver metodologia para a realização dos planos de proteção integral e coletiva para defensoras e defensores de direitos humanos que atuam em áreas de conflito ou em situações de alta violência, com medidas adaptadas às condições específicas.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
B. Estabelecer parcerias com organizações internacionais e associações, coletivos e movimentos da sociedade civil para fornecer suporte e recursos para a garantia da proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos em áreas de conflito.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
C. Apoiar as ações protetivas com a promoção da colaboração entre defensoras e defensores de direitos humanos e comunicadores e a população local para fortalecer a proteção.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Periodicidade: anual.
Objetivo Estratégico 7
Assegurar proteção digital e acesso aos equipamentos tecnológicos necessários para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, inclusive para comunicação.
Ações Programáticas
A. Promover a defensoras e defensores de direitos humanos o acesso à tecnologia da informação e à comunicação, por meio da entrega direta ou por meio de parcerias, com atendimento às necessidades e às especificidades das áreas florestais, marítimas e rurais.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Periodicidade: anual.
B. Oferecer capacitação em segurança digital às equipes técnicas, às defensoras e aos defensores de direitos humanos da sociedade civil.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Periodicidade: anual.
C. Desenvolver ações de monitoramento em canais multilíngues para identificar e mitigar riscos e combater as ameaças digitais contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Periodicidade: anual.
D. Criar recursos digitais que possibilitem a defensoras e defensores de direitos humanos reportarem a autoridades e redes de apoio emergências de segurança em tempo real.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
E. Promover a segurança digital para proteção de defensoras e defensores de direitos humanos por meio de parcerias com instituições de educação superior, de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa nacionais e internacionais para garantir suporte técnico especializado.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2035.
F. Estabelecer mecanismos para a identificação e a retirada do ar de campanhas de desinformação e de estigmatização contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2027.
G. Desenvolver e disseminar materiais educativos sobre segurança digital para defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2027.
Objetivo estratégico 8
Monitorar a implementação de instrumentos e de recomendações internacionais, desde que internalizados e que tratem da proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.
Ações programáticas
A. Definir mecanismos específicos de monitoramento da implementação de instrumentos, decisões e recomendações internacionais sobre a proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2026.
B. Fortalecer a capacitação dos agentes públicos para o acompanhamento dos compromissos internacionais que tratem de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Prazo: 2035.
C. Apoio à participação livre, informada e ativa das comunidades afetadas no monitoramento da implementação de decisões e de recomendações internacionais que versem sobre direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Periodicidade: anual.
Objetivo estratégico 9
Desenvolvimento de programa de educação e comunicação em direitos humanos para a proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.
Ações programáticas
A. Realizar formação continuada em direitos humanos para todos os entes federativos e instituições do sistema de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.



Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Periodicidade: anual.

B. Implementar programas de formação para servidores públicos sobre o combate à violência institucional e o respeito à diversidade de saberes, modos de vida e cultura, para garantir capacidade de resposta adequada e de monitoramento das medidas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Prazo: 2035.

C. Desenvolver ações de capacitação sobre o ciclo orçamentário e de acesso a fundos públicos para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2035.

D. Desenvolver campanhas públicas de valorização da atuação de defensoras e defensores de direitos humanos e de divulgação da política e de programas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, com atenção aos vários segmentos: indígenas, camponeses, quilombolas, comunicadores, ambientalistas, entre outros.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Prazo: 2035.

Objetivo Estratégico 10

Promoção do acesso à garantia de políticas públicas para defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações Programáticas

A. Propor mecanismos para o acesso prioritário às políticas sociais para defensoras e defensores de direitos humanos inseridos em programas de proteção.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Prazo: 2026.

B. Propor diretrizes sobre o acesso prioritário a programas de habitação social para defensoras e defensores de direitos humanos inseridos em programas de proteção, quando necessário.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

C. Propor medidas para promoção de emprego e renda para defensoras e defensores de direitos humanos inseridos em programas de proteção, quando necessário.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

D. Propor medidas para promoção do acesso facilitado a programas de renda e crédito para defensoras e defensores de direitos humanos inseridos em programas de proteção.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

Objetivo Estratégico 11

Promoção da atenção integral e humanizada em saúde mental e apoio psicossocial para defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações Programáticas

A. Fomentar a articulação entre os programas de proteção e as políticas públicas de saúde mental e apoio psicossocial para defensoras e defensores de direitos humanos, com a garantia de suporte contínuo e emergencial, por meio de cooperação técnica.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

B. Propor estratégia para a promoção da saúde de defensoras e defensores de direitos humanos na política nacional de saúde mental e de apoio psicossocial, com profissionais e serviços com capacitação específica.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2026.

EIXO II: PROTEÇÃO POPULAR

Reconhecimento das práticas coletivas de proteção, por meio do fortalecimento das organizações, das comunidades e das redes independentes e autônomas de associações, grupos, organizações, coletivos, comunicadores e movimentos da sociedade civil que fazem a proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos.

Objetivo Estratégico 1

Reconhecimento e apoio às práticas populares de proteção coletiva de defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações programáticas

A. Apoiar as práticas de proteção coletiva e comunicação existentes em associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais dentro do arcabouço de política de proteção.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

B. Apoiar a realização de ações de proteção popular, incluindo a viabilização de equipamentos e materiais necessários às práticas desenvolvidas por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil para fortalecer a proteção coletiva, diversificada e própria às realidades, aos territórios e às especificidades de raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, condição física, credo, entre outros.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

C. Apoiar ações de fortalecimento das redes de proteção solidária, que são formadas e mantidas de modo autônomo e independente por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

D. Apoiar iniciativas de acolhimento psicossocial, práticas integrativas, de valorização de heranças ancestrais e de saberes e práticas tradicionais desenvolvidas pelas próprias associações, pelas organizações, pelos coletivos e pelos movimentos da sociedade civil como práticas de cuidado e proteção popular.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

E. Apoiar ações de proteção coletiva e redes solidárias de proteção popular implementadas por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

Objetivo estratégico 2

Fortalecimento das capacidades de incidência autônoma e independente das associações, das organizações, dos coletivos e dos movimentos que atuam na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações programáticas

A. Apoiar o desenvolvimento de estratégias e metodologias de análise de contexto e de risco realizadas pelas próprias associações, pelas organizações, pelos coletivos e pelos movimentos da sociedade civil para subsidiar a ação protetiva.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

B. Apoiar iniciativas de alerta realizadas pelas comunidades em risco para acionar associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil aos órgãos competentes para a atuação protetiva.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

C. Apoiar a elaboração de protocolos pelos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas para a construção de posicionamentos com a realização de consultas livres, prévias e informadas, com a preservação de sua autonomia e seus direitos.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

D. Apoiar a elaboração de mecanismos de controle social para o monitoramento das políticas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2030.

E. Apoiar iniciativas de intercâmbio e parceria entre associações, organizações, coletivos e movimentos nacionais e internacionais da sociedade civil para aumentar a reciprocidade e a solidariedade na proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em risco.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Prazo: 2035.

Objetivo estratégico 3

Incentivo à educação e à comunicação popular em direitos humanos para defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações programáticas

A. Apoiar o desenvolvimento de ações formativas permanentes de educação popular em direitos humanos pelas próprias associações, pelas organizações, pelos coletivos e pelos movimentos da sociedade civil que atuam com defensoras e defensores de direitos humanos para fortalecer a cultura de proteção presente nas próprias organizações.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Periodicidade: anual.

B. Apoiar o desenvolvimento de ações formativas para jovens defensoras e defensores de direitos humanos com estratégias e metodologias próprias construídas com as juventudes.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Prazo: 2035.

C. Subsidiar a elaboração, a publicação e a disseminação de materiais educativos sobre temas da proteção popular (autoproteção, proteção recíproca e proteção solidária), proteção coletiva e proteção territorial, pedagogia da proteção, organização social, atuação em direitos humanos, entre outros temas de interesse de associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

D. Apoiar iniciativas de intercâmbio entre associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil para o desenvolvimento de estratégias e de metodologias de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Periodicidade: anual.

E. Apoiar a qualificação das capacidades de uso de ferramentas digitais e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação que sejam adequadas à proteção e à comunicação popular de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgãos executores: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Ministério dos Povos Indígenas.

Prazo: 2035.

Objetivo Estratégico 4

Apoio à sistematização das práticas de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos.

Ações programáticas

A. Apoiar iniciativas de registro e de sistematização das práticas populares de proteção realizadas por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil para sua própria utilização.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.

Periodicidade: anual.

B. Apoiar iniciativas de associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil para elaboração de relatórios situacionais periódicos com a finalidade de realizar o registro e o monitoramento das violações contra defensoras e defensores de direitos humanos e das ações desenvolvidas para seu enfrentamento.

Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública.

Periodicidade: anual.

C. Fomentar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e sistematizações de concepções e práticas de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos desenvolvidos por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil.

Órgão executor: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Periodicidade: anual.

D. Incentivar práticas de conservação dos saberes e dos conhecimentos próprios, das memórias e das experiências protetivas, de valorização de conhecimentos ancestrais das comunidades para a proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos com metodologias por elas próprias desenvolvidas.



Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Periodicidade: anual.
E. Fomentar a cooperação entre associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil e instituições de educação superior, de educação profissional e tecnológica, de centros de pesquisa nacionais e internacionais para a promoção de iniciativas conjuntas de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Periodicidade: anual.
Objetivo Estratégico 5
Incentivo à divulgação e à valorização da atuação de defensoras e defensores de direitos humanos.
Ações programáticas
A. Apoiar a realização de campanhas para a promoção da valorização das causas, das organizações e da atuação de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2035.
B. Apoiar o desenvolvimento de campanhas de valorização das práticas de proteção coletiva de defensoras e defensores de direitos humanos realizadas pelas associações, pelas organizações, pelos coletivos e pelos movimentos da sociedade civil.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2035.
C. Apoiar a realização de pesquisas de opinião para periodicamente avaliar o conhecimento e o tipo de compreensão dos diversos segmentos da sociedade a respeito da atuação de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2035.
D. Apoiar o fortalecimento de iniciativas de comunicação desenvolvidas por associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil sobre a atuação de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2035.
E. Apoiar a produção de material (audiovisual, sonoro, impresso e outros) sobre a atuação de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2035.
EIXO III: ACESSO A DIREITOS E COMBATE À IMPUNIDADE
Investigação e Responsabilização como meios de combater a impunidade e de promover o acesso a direitos.
Objetivo Estratégico 1
Apoio à devida diligência na investigação de violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.
Ações Programáticas
A. Elaborar orientações para a criação de protocolo unificado de investigação e julgamento de violações de direitos cometidas contra defensoras e defensores de direitos humanos com participação social, conforme parâmetros estabelecidos na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Sales Pimenta contra a República Federativa do Brasil.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
B. Implementar a unificação de bases de dados, com a possibilidade de cruzamento de informações utilizadas por órgãos estatais para monitoramento de investigações, processos e territórios rurais e urbanos em conflito, com seleção por categorias, para qualificação das investigações relacionadas a violações de direitos de defensoras e defensores.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
C. Elaborar orientações para a produção de uma taxonomia única em território nacional para a identificação de investigações e processos que tratem de casos de violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos, com o objetivo de aprimorar a coleta e a análise de dados, com vistas a garantir transparência e eficácia nas ações de responsabilização e combate à impunidade.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
D. Propor orientações para investigação de ataques, campanhas de desinformação e violência cometidos por meio de tecnologias da informação e da comunicação contra defensoras e defensores de direitos humanos, com especial atenção à violência de gênero.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Mulheres e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Prazo: 2026.
E. Estruturar equipes especializadas em todo o território nacional, no âmbito das instituições de segurança pública, e fomentar a articulação com os Ministérios Públicos, com foco na investigação de violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos, com recursos operacionais e humanos suficientes.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
F. Elaborar orientações sobre os direitos das vítimas e dos seus familiares à informação dos procedimentos e dos processos penais que envolvam violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos, de acordo com a legislação processual penal e os parâmetros internacionais de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública
Prazo: 2026.
G. Estabelecer mecanismo de cooperação entre os órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública para atuação integrada nas investigações de casos que envolvam violação de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.

Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
H. Propor norma regulamentadora para o monitoramento e a priorização de tramitação de investigações que envolvam violações de direitos contra defensoras e defensores de direitos humanos, incluído o crime de ameaça.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
I. Estabelecer mecanismos que permitam a cooperação técnica em investigações entre forças de segurança pública estaduais e federal e fomentar a articulação com Ministério Público e órgãos internacionais de Direitos Humanos, quando necessário.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
J. Orientar a produção de protocolos de agilidade e de independência das perícias para a investigação de casos de violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
Objetivo Estratégico 2
Desenvolver estudos para a garantia da devida diligência no julgamento e na responsabilização de violações de direitos contra defensoras e defensores de direitos humanos, com a priorização dos princípios da razoável duração do processo e da imparcialidade.
Ações Programáticas
A. Desenvolver estudos para a regulamentação, o monitoramento e a priorização de tramitação de processos envolvendo violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
B. Elaborar estudos com recomendações específicas para o processamento célere e responsivo de ações motivadas pelo crime de ameaça contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
C. Desenvolver estudos para estabelecer fluxo prioritário para a tramitação de ações relacionadas a violações de direitos contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
D. Elaborar proposta para estabelecer fluxo prioritário para a tramitação de ações relacionadas a violações de direitos que dão causa às violências praticadas contra defensoras e defensores, incluindo processos de regularização fundiária e ações de reparação.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2026.
Objetivo Estratégico 3
Promoção da assistência jurídica integral e do acesso ao direito de gratuidade de justiça a defensoras e defensores de direitos humanos.
Ações Programáticas
A. Estabelecer convênios e instrumentos de parcerias entre União, Estados e Distrito Federal e com as defensorias públicas, os programas de advocacia popular e as instituições de ensino superior para a criação de mecanismos de atendimento jurídico emergencial, contínuo e integral a defensoras e defensores de direitos humanos, inclusive quando réus em procedimentos criminais, cíveis e administrativos.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
B. Construir proposta de diretriz de identificação e enfrentamento à violação de direitos humanos no âmbito dos processos judiciais movidos contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgãos executores: Ministério da Justiça e Segurança Pública, em articulação com demais órgãos competentes.
Prazo: 2026.
Objetivo Estratégico 4
Articulação e cooperação entre os sistemas de justiça e segurança pública e outros órgãos necessários ao combate à impunidade e à responsabilização.
Ações Programáticas
A. Elaborar documento orientador para a cooperação entre instituições dos sistemas de justiça e segurança pública e os programas de proteção, para garantia da aplicação efetiva das medidas protetivas e da responsabilização de violadores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2026.
B. Incentivar grupos interinstitucionais que reúnam representantes dos sistemas de justiça e segurança pública e dos órgãos de direitos humanos para discutir e implementar ações conjuntas para o acesso a direitos e o combate à impunidade contra defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
Objetivo Estratégico 5
Capacitação e formação de educação em direitos humanos na perspectiva de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos aos agentes dos sistemas de justiça e segurança pública.
Ações Programáticas
A. Capacitar e formar continuamente membros do sistema de justiça e de segurança pública para atuar com atenção às especificidades das violações de direitos humanos e dos direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
B. Fomentar a inclusão de conteúdos de direitos humanos, com observância das especificidades do cenário de violações de direitos de defensoras e de defensores de direitos humanos, na matriz curricular obrigatória de formação de agentes dos sistemas de justiça e segurança pública.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
C. Fomentar a inclusão de conteúdos e processos de sensibilização sobre a interseccionalidade de gênero, raça, sexualidade, classe, geração e territorialidade no contexto de violação de direitos humanos e de defensoras e defensores de direitos humanos na matriz curricular obrigatória de formação de agentes dos sistemas de justiça e segurança pública.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2030.
D. Orientar as instituições do sistema de justiça e segurança pública para inclusão da temática de defensoras e defensores de direitos humanos nos conteúdos e nas questões de editais de concursos públicos.



Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
Objetivo Estratégico 6
Responsabilização por abusos de autoridade de agentes do sistema de justiça e de segurança pública.
Ações Programáticas
A. Colaborar no aprimoramento, observadas as especificidades das violações de direitos de defensoras e defensores de direitos humanos, de mecanismos de controle externo da atividade policial.
Órgão executor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Prazo: 2030.
Objetivo Estratégico 7
Aprimoramento da segurança pública em territórios de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, em territórios rurais e urbanos.
Ações Programáticas
A. Orientar a produção de protocolos específicos de abordagem policial em territórios de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e quilombolas, em territórios rurais, em territórios urbanos e em espaços de atuação profissional de comunicadores, garantida a participação das pessoas e de comunidades afetadas na sua elaboração.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2030.
B. Fomentar a criação de núcleos de ação nos territórios de comunidades tradicionais, de povos indígenas e quilombolas, em territórios rurais e em territórios urbanos, com conflitos deflagrados, com a reunião de lideranças de associações, organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil, forças de segurança pública designadas para o seu atendimento e representantes do programa de proteção.
Órgãos executores: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério dos Povos Indígenas.
Prazo: 2035.

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES Nº 730/2025
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 1º, 2, 3 E 4 DO MÊS DE DEZEMBRO/2025

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Processo: 00732.004013/2025-50. Parecer: CNE/CES 730/2025. Relator: Otavio Luiz Rodrigues Jr. Interessado: Adelmimar Gobetti - Vila Velha/ES. Assunto: Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Declaração, para todos os fins e efeitos, da conclusão do curso superior de Administração/Análise de Sistemas, bacharelado, e da respectiva integralização do histórico escolar, por Adelmimar Gobetti, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória - FAVIX. Voto do Relator: Voto no sentido de declarar, para todos os fins e efeitos, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, que Adelmimar Gobetti, integralizou a carga horária e os respectivos componentes estabelecidos no histórico escolar, bem como concluiu o curso superior de Administração/Análise de Sistemas, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória - FAVIX, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida. Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.
Observação: Em face do disposto no Art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, os pareceres do Conselho Nacional de Educação - CNE somente produzirão efeitos após a publicação do respectivo ato homologatório exarado pelo Ministro de Estado da Educação. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne>).

Brasília, 11 de dezembro de 2025
CHRISTY GANZERT PATO
Secretário Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA SEB/MEC Nº 123, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova o Regimento Interno do Comitê Executivo Nacional - CEN do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - Pro-LEEI.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15 da Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025, e o que consta do Processo Administrativo nº 23000.035057/2025-91, resolve:
Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Executivo Nacional - CEN do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - Pro-LEEI, conforme disposto no Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT

ANEXO
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ EXECUTIVO NACIONAL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRO-LEEI

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA
Seção I
Do Comitê
Art. 1º O Comitê Executivo Nacional - CEN, previsto na Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025, constitui uma das instâncias de governança nacional tripartite do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - Pro-LEEI, tendo por finalidade aprovar o planejamento anual em nível nacional, estabelecer diretrizes comuns para a realização das atividades, acompanhar e monitorar a execução e os resultados, bem como emitir recomendações para a melhoria contínua do programa.
Parágrafo único. Para fins de identificação com o Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil, o Comitê Executivo Nacional será divulgado como CEN - Pro-LEEI.
Art. 2º Ao CEN - Pro-LEEI compete aprovar o planejamento anual em nível nacional, estabelecer diretrizes comuns para a realização das atividades, acompanhar e monitorar a execução e os resultados, bem como emitir recomendações para a melhoria contínua, e outros temas relacionados à implementação do Pro-LEEI, cuja discussão, no Comitê, seja considerada pertinente por seu Coordenador.
Parágrafo único. A agenda de trabalho do CEN - Pro-LEEI, visando à governança sistêmica, alinhar-se-á às orientações e diretrizes do Comitê Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Cenac.
Art. 3º O CEN - Pro-LEEI possui a seguinte estrutura:

I - Plenário;
II - Coordenação do Comitê;
III - Coordenação Técnico-Pedagógica;
IV - Coordenação Nacional;
V - Secretaria-Executiva; e
VI - Grupos de Trabalho Técnicos, instituídos pelo CEN - Pro-LEEI.
Seção II
Do Plenário
Art. 4º O Plenário do CEN - Pro-LEEI será composto pelos seguintes membros titulares e suplentes:
I - Do Ministério da Educação:
a) um representante da Secretaria-Executiva;
b) o titular da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretaria de Educação Básica;
c) um representante da Coordenação-Geral de Educação Infantil, da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, responsável pela coordenação técnico-pedagógica do Pro-LEEI em nível nacional;
d) um representante da Coordenação-Geral de Alfabetização, da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica;
e) o titular da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação, da Secretaria de Educação Básica, que exercerá a função de coordenação do Comitê;
f) um representante da Coordenação-Geral de Formação de Professores da Educação Básica, da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação, que exercerá a função de Secretaria-Executiva do Comitê;
g) um representante da Coordenação-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica, da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, da Secretaria de Educação Básica; e
h) um representante da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, da Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica, da Secretaria de Educação Básica.
II - um representante das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES executoras do Pro-LEEI, que exercerá a função de coordenador nacional, sendo responsável pela articulação técnico-pedagógica do Programa;
III - três representantes das redes/sistemas estaduais e distrital de ensino;
IV - três representantes das redes/sistemas municipais de ensino;
V - um representante das redes/sistemas de ensino das capitais; e
VI - cinco representantes da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, sendo um de cada região do País.
§ 1º Os três representantes dos sistemas/redes estaduais e distrital de ensino serão indicados pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - Consed.
§ 2º Os três representantes dos sistemas/redes municipais de ensino serão indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime.
§ 3º O representante das redes/sistemas de ensino das capitais será indicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais - Consec.
§ 4º Os representantes da Renalfa serão indicados pela Coordenação-Geral de Alfabetização.
§ 5º Os representantes indicados serão designados em ato da Secretaria de Educação Básica.
§ 6º Os representantes das redes/sistemas estaduais, distrital, municipais e das capitais, indicados para compor o CEN/Pro-LEEI, devem pertencer aos territórios que fizeram a adesão ao Pro-LEEI.
Art. 5º São atribuições do Plenário:
I - apreciar a implementação das ações no âmbito do Pro-LEEI;
II - analisar relatórios referentes ao monitoramento da implementação de ações no âmbito do Pro-LEEI e emitir recomendações para o seu aperfeiçoamento; e
III - subsidiar as tomadas de decisões do Ministério da Educação.
Seção III
Da Coordenação do Comitê
Art. 6º A coordenação do CEN - Pro-LEEI será exercida pelo titular da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação.
Art. 7º São atribuições do Coordenador:
I - presidir as sessões do Plenário;
II - conduzir as deliberações e anunciar o seu resultado;
III - representar o Comitê em instâncias institucionais;
IV - participar de seminários de disseminação e avaliação das ações do Programa;
V - tomar decisões ad referendum, em situações de urgência e no interesse do Pro-LEEI, e submetê-las à apreciação do Plenário, na primeira reunião ordinária subsequente; e
VI - mobilizar esforços necessários para garantir uma atuação sistêmica e coordenada entre o Cenac e o CEN/Pro-LEEI.
Parágrafo único. O Coordenador poderá, quando necessário, delegar atribuições à Secretaria-Executiva do CEN/Pro-LEEI.
Seção IV
Da Coordenação Técnico-Pedagógica
Art. 8º A Coordenação Técnico-Pedagógica será exercida pelo representante da Coordenação-Geral de Educação Infantil, da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica.
Art. 9º São atribuições da Coordenação Técnico-Pedagógica:
I - realizar a coordenação técnico-pedagógica do Programa em nível nacional;
II - definir as concepções teóricas, em articulação com os normativos da Educação Infantil, que orientem a execução das ações do Programa;
III - assegurar a adequação técnico-pedagógica do material pedagógico elaborado para apoiar a oferta do Programa em nível nacional;
IV - participar de reuniões com a Coordenação do Comitê, a Coordenação Nacional e a Secretaria-Executiva, quando convidada; e
V - participar de seminários de disseminação e avaliação das ações do Programa.
Seção V
Da Coordenação Nacional
Art. 10. A Coordenação Nacional será exercida por um representante das IFES executoras do Programa:
Art. 11. Ao Coordenador Nacional compete:
I - realizar a articulação técnico-pedagógica do Programa;
II - efetuar reuniões com a Coordenação do Comitê, a Secretaria-Executiva e a Coordenação Técnico-Pedagógica, quando necessário;
III - assessorar a organização do ambiente virtual de aprendizagem do Programa;
IV - participar de seminários de disseminação e avaliação das ações do Programa;
V - participar de reuniões técnicas com especialistas e parceiros das políticas públicas;
VI - prestar assessoria pedagógica às coordenações das IFES participantes do Programa; e
VII - coordenar a elaboração de artigos e textos teóricos para apoiar as ações de formação.
Seção VI
Da Secretaria-Executiva
Art. 12. A Secretaria-Executiva será exercida pelo representante da Coordenação-Geral de Formação de Professores da Educação Básica, da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação.
Art. 13. À Secretaria-Executiva compete:
I - prestar assistência direta e imediata ao Coordenador do Comitê;
II - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
III - planejar e organizar as reuniões, designando o modo e, quando for o caso, o local de sua realização;
IV - realizar registro da presença dos participantes;
V - confeccionar e dar publicidade às atas das reuniões realizadas;
VI - coordenar e acompanhar a execução das deliberações e das diretrizes fixadas pelo CEN - Pro-LEEI para a implementação do Programa;
VII - coordenar a elaboração de documentos de orientação, relatórios e instrumentos de acompanhamento da execução do Programa;

